

06 NOVEMBRO DO 2008 - NÚMERO 744

rdl

REVISTA
**DAS
LETRAS**



Concha Rousia

A palabra escrita como cerne da loita contra o esquecemento. Como vía para acadar a transmisión da memoria colectiva dun pobo e reivindicar a riqueza dunha cultura. É o eixe que alicerza a creación de Concha Rousia (*Os Brancos*, Covas, 1962). Unha obra que percorre unha galería de xéneros, desde o conto breve ata a novela, pasando polos haikus, a poesía, o ensaio, o artigo de opinión... cunha notable variedade formal e unha estética limpa, directa, que apunta sen rodeos ao ollo das inquietudes da autora: o país, o idioma, a natureza, a desarticulación da cultura tradicional, os temas de xénero, a desigualdade e a inxustiza globais... “Se perdemos a nosa lingua, perdemos toda a transmisión cultural que chegou ata nós, porque o noso mundo non se pode expresar doutro xeito”, di. “Se, ao definirnos, delimitar con palabras o que somos e o que non, deixamos fóra parte do que somos,

Concha Rousia

A memoria recobrada

como cando seguimos o discurso dominante que afirma que galego e portugués son dúas linguas distintas, estamos a imposibilitar o cambio”, denuncia. A escrita de Concha Rousia convídanos a ser nós. A resistir a colonización cultural. A construír, desde a sociedade, novas narrativas liberadoras. A estreitar as conexións, os lazos entre as persoas, deteriorados coa ruína da cultura comunitaria tradicional. A autora, cuxa obra foi recoñecida co premio de narrativa do Concello de Marín, o premio de poesía do Concello de Ames e o galardón do Certame Literario Feminista do Condado, atopa o seu espazo de expresión en revistas como *Agália*, obras colectivas como *Dez por Dez* e, sobre todo, en internet, en publicacións do mundo lusófono que lle permiten escoller non pasar pola hispanofonía. E, desde hoxe, tamén na *Revista das Letras*.



Retorno a Totem-Ghetto

I

O bosque fora mudando de aspecto a medida que a velocidade da máquina que me transportava ia variando. Donde eu vinha era o final do Outono, mas onde acabava de chegar ainda havia algumas flores da última Primavera mesmo prestes a sucumbirem ante o ameaçador bafo do irrefreável verão.

Senti por primeira vez a emoção de estar no lugar onde sempre me colocaram meus sonhos e meu pensamento.

II

Chamo-me Zeltia Zaus, solteira, 25 anos. Nasci em Totem-Ghetto, uma pequena aldeia nas montanhas ao Sul do rio Ailm. Uma povoação a cada vez mais reduzida e mais velha e desesperançada. Eu sou a última nascida nas terras de Totem-Ghetto. Em minhas mãos está o destino de todos. Fecho os olhos e vejo a gente em circo, com seus braços abertos para me despedirem quando parti para vir aqui, onde tudo é tão diferente... Sinto que sou afortunada, posso finalmente abraçar estas árvores que eu conhecera já extintas, e cujo verdadeiro nome na nossa língua nunca ouvi pronunciar. Na fala dos de Totem-Ghetto, apesar dos grandes esforços, não se conserva nenhum som original e ninguém sabe ao certo como se pronunciará o nome dos majestosos carvalhos.

Zeltia, protegida pola soidade do bosque, fez um intento de pronunciar a palavra que levava escrita dentro dela, e o eco burlou-se arremedando-a... Mas cá estou eu, na Fraga Interna, longe de ser vista polos vigias de Terra Larga. “Desde a minha adolescência aprendi a guardar-me quando falava da Fraga Interna, já só viva nas lembranças passadas de geração em geração desde tempos imemoriais”... O cuidado tinha que ser estremado, nunca podias saber quando os espiões de Terra Larga andavam à espreita. Eles estragam qualquer pequeno gromo, físico ou mental, que venha lembrar a existência da Fraga Interna, que em tempos se tinha chamado com outro nome. “ Como odiei eu sempre os compatriotas que se foram entregando aos colonialistas... Bem cedo entrei na organização interior I. T. G.

A imagem que gravei de mim daquela época é a de uma moça alegre, de olhos cor de mar, que se intensificava quando a minha olhada era rancorosa; meu corpo era magro e meu

cabelo alourado e encaracolado, como o dos meus irmãos de Totem-Ghetto. Terra Larga fora-se metendo no nosso território com seus escurecidos fanáticos, agarrados ao chão. No mais velho mestre de Totem-Ghetto aninha a ideia de encontrar o jeito de dar a volta ao mundo, de encontrar a forma de salvar o que parecia impossível salvar. Sabemos que do outro lado das nossa montanhas há gentes que conservaram a mesma essência que um dia fora nossa, mas perdemos a capacidade de nós comunicar com eles. Nosso clã era inicialmente forte e potente e não julgara que tinha que procurar a amizade neles, até que foi demasiado tarde. Estávamos sós na nossa desigual luta por expulsar os usurpadores do nosso território. Lembro que quando era miúda imaginava aos de Terra Larga como grandes lesmas que cobrindo de babas nossos campos impossibilitaram a nossas bocas falar. Apesar dos incomensuráveis esforços por todos os membros de Totem-Ghetto por manter viva a chama da esperança, cada vez parecia mais uma quimera. Nas nossas festas, sempre às escondidas dos olhos dos esbirros de Terra Larga, cousa cada vez mais difícil, revivíamos o sabor da Terra tal e como ela um dia deveu ser, e nos prometem foi; esses são dias de comunhão para todos nós, e alimentamos-nos para o resto do ano e prometemos fazer tudo que seja preciso para não esquecer o que foi a nossa Terra, para que um dia o possa voltar a ser.

Cumpri os vinte-e-um anos e fui convidada para atender as sessões do Conselho Interior, a cada vez deixavam entrar gente mais nova, porque éramos poucos, cada vez menos. O Conselho reunia-se numa cova profunda, escura e húmida, que garantia o secreto das conversas, em nenhum outro lugar podiam falar sem serem interceptados. Não sei de quem fora a ideia de que a encarregada de fazer “a viagem” tinha que ser eu; talvez fui escolhida por ser mulher, ou por ser a derradeira pessoa nascida em Totem-Ghetto. Quis negar-me a ir só para ver como tratavam de me convencer, mas incerta de que o fossem fazer, aceitei à primeira. Eu, jovem, com o meu entusiasmo pola filologia seria a menos suspeitosa do que alguém mais velho para que me escutasse o grande intelectual, porta-voz dos patriotas da Grande Fraga. Não me custara esforço nenhum aceitar a ideia de trocar o meu mundo polo dos meus antepassados. Desde o dia da minha eleição me estive preparando e sonhando com a minha chegada à Grande Fraga, um lugar mítico, no que se me falava a cada dia e, mesmo sem ele ser real, se podia dizer que nele cresci.

III

Era de madrugada quando me encontrei na profundidade do bosque. Falei umas frases para a minha pulseira-gravadora, que se activa com a minha voz... “de trás do cristal da minha máquina sinto palpitar o coração e correr o sangue do meu país ainda vivo... vivos os vivos, e vivos os mortos. Sem sair da nave notei que entrava em universos e partes de mim que desconhecia...”

IV

Escondi a minha máquina. Não foi difícil de fazer, apanhei uns poucos fentos, que eram mais grandes do que eu e tapei-a com eles; teria que regressar antes dos fentos secar, tinha como muito um dia para fazê-lo. Amanhã pela mesma hora devia regressar. Olhei à minha volta, não vi ninguém, nem podia acreditar naquela sensação de liberdade que sem saber como se metera em mim. Apanhei o carrucho que subia pela beira esquerda da penedia, tal e como me fora indicado, e me lembrava o meu orientador espacial. Tinha que encontrar uma pessoa, Xulm Stal, e peguei a andar.

Xulm Stal, nalguns círculos conhecido também por seu pseudónimo, Rotbat Luden, o grande poeta da Grande Fraga. Nele tenho que encontrar a chave para abrir a porta que ele fechou e que, sem o perceber, nos isolou e nos sitiou. É urgente que eu fale com ele.

Despreguei o mapa virtual que sai da mesma pulseira com a que gravo, e vi o plano tridimensional da cidade, no que uma estrela vermelha de luz assinala a casa que eu tenho que procurar. Nos quatro anos que durou minha preparação antes de empreender a viagem, tinha memorizado o trajecto, mas mesmo assim levava o meu orientador espacial; não era possível saber o efeito que a viagem ou a chegada podiam ter em mim, e em minha maneira de funcionar; mas tudo parecia em ordem dentro de mim. Fui andando até o lugar que buscava, não queria riscos desnecessários, tudo estava previsto e o tempo que me iria fazer falta para chegar a meu destino fora calculado. Cheguei pontualmente. A essa hora Xulm Stal estará em casa, ou estará a chegar. O sensor de matéria indicou-me que seu carro estava na garagem, então ele estaria em casa. Subi as escadas e chamei.

–Xulm Stal? –perguntei mesmo sabendo que era ele, reconhecê-lo-ia no meio duma multidão.

–Quem o quer saber?

–Chamo-me Zeltia Zaus.

–Passe, se o deseja...

Entrei. Levava anos sonhando com aquele encontro, passei a seu lado deixando que a aura do grande patriota, a quem tanto aprendi a admirar, me tocasse.

–Quer tomar alguma coisa?

–Bem haja! Qualquer cousinha para beber me serve.

Toquei o vidro transparente do copo, senti uma sensação muito estranha, nunca a imaginara, apesar de ter ouvido falar destes copos que te despertam a sensação de o líquido estar no ar... Fascinante.

...

–Tenho que falar com você.

–Calma, calma, desfrute do vinho...

Ele falava-me de desfrutar mas sua olhada mostrava desagrado, e eu julguei que era produzido por minha maneira de falar, e não o culpei. Eu por outro lado fiquei absorvida pelos sons que saiam da sua boca. Era a primeira vez que ouvia falar a nossa língua a uma pessoa real, viva, da Grande Fraga. Fechei os olhos e enquanto fazia como que cheirava o vinho abri meus sentidos todos para deixar entrar em mim a música das suas palavras; as suas eram as primeiras, e as únicas, originais que eu tinha ouvido. Embebedei-me com sua presença.

–Por que me procuras, e donde vens? –de repente me tratava por tu.

–Isso tanto tem, de onde eu venha pouco importa... Já viu como falo?

–Já reparei, claro... como não ia?

–O que importa e o por que eu vim...

–E por que veio? –deixara de me tratar por tu...

–Porque tenho que lhe contar uma coisa – ele ouvia-me- tenho que lhe dizer que desde onde você fica... ainda se pode salvar o país... a cultura... a língua... –as minhas palavras foram diminuindo de volume e as últimas eram quase inaudíveis, e eu não soube se ele as tinha ouvido mas se pus a falar...

–O país! Levo mais de 40 anos dando tudo que eu sou ao país e já pouco fica em mim para salvar nada. Já não entendo nem o que é isso... Talvez um dia a ciência, quando seja capaz de livrar-nos do lastre ideológico que nos deixou em herança a época da que vimos, talvez então seus postulados nos possam ajudar a ver o que é que nós não vemos e que parece nos levar ao precipício. Só assim é que o poderíamos salvar. Eu aos meus anos, o único que posso é fazer os meus poemas, e salvar a fala até a minha morte, mas o país, a cultura, a língua... isso eu já não sei como salvar...

Havia saudade nas palavras que saiam da boca de Xulm Stal e que iam amortecendo ao chocar com as paredes cobertas de livros, nada se ouviria fora de ali, até me fez pensar na cova do Conselho de Totem-Ghetto... meus olhos perderam-se então num passeio de inúmeros volumes cujos títulos eu tinha também memorizados mas que nunca vira... Donde eu venho não existem os livros escritos, nem o papel. Quando quis acordar estava lendo todos os títulos em voz baixinha e movendo os beiços, como os meninos quando estão a aprender a ler. Xulm Stal olhou para mim e eu, no meio de minha confusão disse:

–Venho dum tempo no que já não se pode fazer nada, venho para lho dizer e que faça você o que

tenha que fazer antes que seja tarde demais.
-Não.
-Como não?
-Tu não tens ideia do que é isto! -voltara o tratamento por tu- tu, polo que vejo, nem tens ideia do que é o cerne do país que dizes vir para salvar...
-Certo, eu não sei, conte-me como é, quero saber, eu venho para conectar com o coração do país, tal como ele foi... como ele é, quis dizer...
-É tarde, se queres fica para amanhã.
-Muito bem, fico, mas necessito contar-lhe eu também algo a você...
-Eu não sei se o quero saber.
-Eu tenho que lho dizer, mesmo que você não queira, mesmo falando como eu falo... -naquele momento teria eu gostado de ter mais facilidade para ir incorporando em mim o seu jeito de falar, mas não havia tempo...-
-E o que é isso me tens que dizer?
-Que na sua mão está a chave da porta pola que poder sair quando os de Terra Larga sitiarem o país, e que se essa chave se perde já não há salvação possível.
-De que porta me estás a falar?
-Da porta do Sul, por onde os caminhos foram lavrados, por onde sempre os nossos antepassados circularam e daí fizeram também os caminhos do mar, ou quem pensa que os fez?
-Por esses caminhos a nossa língua não cabe, sua ancestralidade ficaria pedida...
-Se mantendes fechados os caminhos do Sul, e daí os do Mar, não vai ser só isso a perda que vamos sofrer...
-O que cabe por essas canelhas custodiadas por mouriscos... não me vale...
-Então aguarda a que sigam chegando os encrequenados de Terra Larga... a ver o que te vale a ti!! -Surpreendi-me da agressividade que havia na minha voz.
-Perdes o tempo, eu já andei o caminho... já e tarde para dar a volta.
-Mas ainda há gente que o segue, não há?
-Pois sim, há, mas eu não os mandei vir atrás de mim.

VII

Durante a ceia, que o próprio Xulm Stal serviu para os dous, invadiu-me o pessimismo. Não havia forma de lhe fazer entender que a sua postura fechava as saídas naturais e sitiava a língua e a cultura, facilitando, sem ele o querer, o trabalho exterminador de Terra Larga. Como fazer-lhe entender? Ele próprio parecia triste e decaído.

-Há alguma cousa errada? -perguntei.
-Pois é claro que há.
-Se abrimos essa porta da que tu falas, não vás tu pensar que eu não sei que tenho a chave, o que

saia para o outro lado de lá já não será governado por nós, os herdeiros da Grande Fraga, nossos acenos... e de volta virão sons que apagarão os originários da Fraga Mãe, a mais profunda, a verdadeira...

Ouvindo-o falar parecia-me tão convincente, não sei se era polo que dizia ou se era por seu jeito de o dizer. Mas polo conteúdo não podia ser, porque disso eu estava certa, eu sabia o que iria passar se a porta ficava fechada, e se a chave se perdia, como o sabíamos todos os do Totem-Ghetto, portanto sabia que era a fala a que estava a provocar aquele efeito mim.

-E por que não tenta você que se transmita essa ancestralidade?

-É impossível... tu já reparaste no pequeno que é o nosso país? Se se abrir, desaparece...

Eu estava cheia de dúvidas, mas aos poucos uma ideia ia ficando clara na minha cabeça.

Entrei no quarto e aproximei-me dele, saboreei a sua boca com um beijo interminável que durou até o amanhecer. Sabia o que tinha que fazer.

VIII

Abriu o dia com cheiros e sons que para mim eram novos; nem tinha palavras para os denominar. Acerquei-me à janela e vi o sol nascendo com uma língua de lume obrigando as sobras a se alongarem. Tomei um banho demorado e voltei ao quarto onde ele seguia dormindo. Vesti meu casaco, comprovei que tinha a arma no bolso; aquela espécie de pequena caneta, parecia impossível de crer que algo tão minúsculo como era aquele delgado cilindro de apenas dez centímetros de longo, tivesse o poder destrutivo que tinha; com só apertar o botão do extremo, e deixar ouvir um click, tudo estava feito; homem e leito desaparecidos sem deixar pegada. Um calafrio percorreu meu corpo ao ver o que acabava de fazer.

Toquei-lhe no ombreiro para o acordar e pedi-lhe que me acompanhasse ao bosque, ele obedeceu, talvez por pensar que estava em dívida comigo pola noite que eu lhe oferecera. Saímos, não precisei de meu guia virtual, que apaguei para que não incomodasse Xulm. Cheguei onde ontem tinha cortado os fentos, apartei-os e descobri a máquina; ele ficou calado. No meu bolso, na minha mão, seguia a mortífera caneta. Tirei a mão fora do bolso, pousei-a no seu ombreiro e disse-lhe:

-Vem, sobe à máquina, vais vir comigo, quero só que tu vejas uma cousa.

Fui

Houve um tempo em que fui índia
e corri descalça pelo campo
sem saber que o campo era meu
mas era
sem eu saber e sem saber o campo
–
e era livre sem saber que era
–
eu era...
sem saber que existia não ser
sem ter que achar palavra para o ser
eu era...
–
e agora ando à procura
sabedora de que eu fui
retorno à minha memória
e tudo muda de lugar como pó ao vento
inclusive aquilo que era eterno
ficou velado pelo tempo presente
sem futuro
sem pés nus
sem relva orvalhada a me inundar o espírito
...
nesse tempo que fui índia
fui água
fui rio
e fui lagoa...
sem saber que era

e agora volto a esses lugares inexistentes
e despovoam-se minhas memórias
e fui águia e amei a montanha
e ela que eu habitasse seu céu
e fui lobo a encher de som a noite
e fui lua que ama a terra
sem saber que a ama
e fui pessoa sem saber que era
–
e agora sou nada
e nem posso reter o que fui
tudo tornado areia no deserto da minha memória
sei que hei de volver a mim
um dia
que hei de reclamar meu ser
um dia
mesmo ser eu sem saber que sou eu
mesmo ser tu sem saber que sou tu
mesmo ser pó sem saber que sou pó



13 NOVEMBRO DO 2008 - NÚMERO 745

rdl

REVISTA
DAS
LETRAS



César Antonio Molina

Ningún xénero lle é alleo a César Antonio Molina (A Coruña, 1952), un escritor que –confesa– sempre quixo ser poeta pero que, sobre todo, se converteu nun dos máis exquisitos cronistas da realidade cultural de España a través dos seus artigos periodísticos ou das súas apaixonantes memorias, unha obra da que apareceu recentemente o seu terceiro volume, *Esperando a los años que no vuelven*. Licenciado en Dereito e en Ciencias da Información, ex director do Instituto Cervantes, do Círculo de Belas Artes de Madrid e, desde o 2007, ministro de Cultura dos gobernos de Rodríguez

César Antonio Molina

Desde a ponte

Zapatero, Molina lanzouse directamente á area da acción política nas eleccións pasadas, ás que se presentou como número un da lista do PSOE pola Coruña. Pouco antes deste bautizo, publicou *Eume*, un poemario que o recuperou para a Literatura Galega tras varias décadas de afastamento. Nese libro, cualificado por Miguel Anxo Fernán-Vello coma “un dos mellores títulos da poesía galega dos últimos tempos”, culminou Molina un proceso de depuración lírica que se plasma tamén nos oito textos que hoxe publicamos en *Revista das Letras*, encadrados no mesmo período creativo. Con eles pechamos o ciclo dos nosos monográficos especiais.

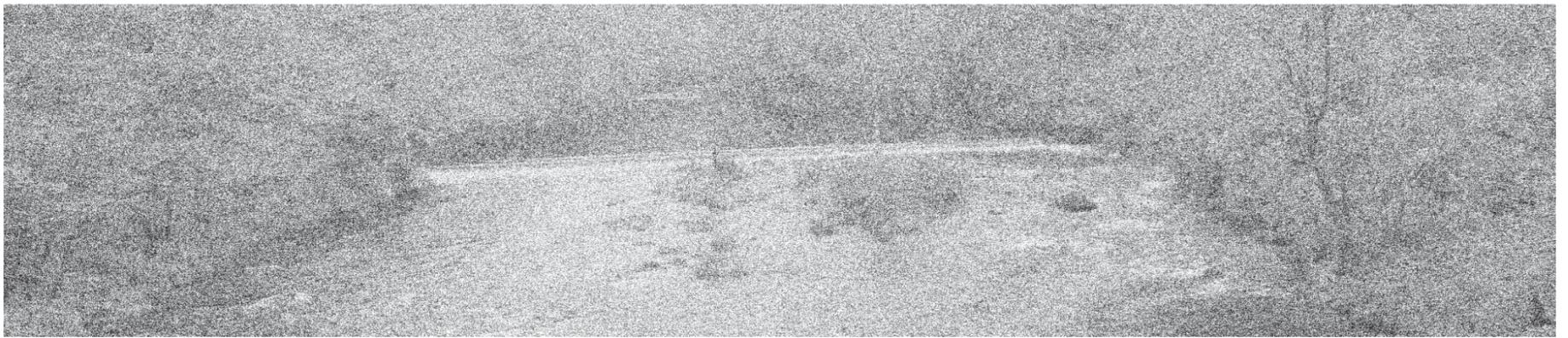


Reflexo

Crucei o Moldava pola ponte de Carlos.
Crecei o Neva pola ponte da Trindade.
Crucei o Danubio pola ponte dos Leóns.
Crucei o Moskova pola ponte Novoarbatski.
Crucei o Sava pola ponte de Branko.
Crucei o Tíber pola ponte Sant' Angelo.
Crucei o Senna pola ponte Mirabeau.
Crucei as Pontes de ferro oxidado sobre o inmenso Paraná,
en Gualeguaychu,
e o non menos caudaloso río Santa Lucía
á entrada do antigo Montevideo.
E agora estou atravesando o Eats River
pola ponte de Brooklyn.
Cal delas será a ponte dos meus sonhos?
Estou inmóbil no aire a metade de camiño entre
Manhattan e Brooklyn. O East Riveraos meus pés:
denso, deshabitado, sen fluír. Así o meu sangue.
E unha pouca brisa erguendo as saias das escolares.
Á metade de camiño como o embigo daquela rapaza, á metade de camiño entre a camiseta
encollida)
e o comezo do seu pube marcado polo caído pantalón.
Así estou eu en medio da ponte de Brooklyn,
en medio de todas as Pontes do mundo.
Os nobres arcos neogóticos de Manhattan despedíndome,
agardándome os de Brooklyn.
Esta metade do camiño, este poder elixir
entre continuar ou volver, esta terra de ninguén
en medio do aire é, como escribiu Whitman,
a mellor medicina para a alma.
Non é a alma tamén algo aéreo?
Sentado neste banco, en medio da ponte,
o atasco detén unha grande limusina negra
xusto entre os intersticios do madeirame.
Vai cara a Brooklyn mais regresa a Manhattan
e así sucesivamente.
Aquí sinto como o eixo da miña vida se despraza
desde o pasado ao presente e os catro ollos
dos arcos conciben o meu futuro.
As torres da ponte, a un e outro lado,
a pesar da brétema, están claramente
definidas. Son irmás xémeas dos outros xigantes.
Soño esperto ou, máis ben, esperto do soño?
Estou a metade do camiño e lacazaneo.
Os meus amigos sentan ao meu carón,
mentres un nos fai unha foto que é velada
por unha ciclista que pasa sen deterse.
Sorry!
Sorry!
grita erguendo os brazos do guiador.
Polo menos ficou en nós algo impreso
do seu fresco rostro.
Cruzo Pontes como tormentas.
A que lado nos botarán?
Busco acougo en todas as cousas.
A cantos pasan coñecinos cando
estaban baixo as follas da figueira.
Cando son débil, entón son forte,
a miña forza é poderosa nas debilidades.
Cruzo Pontes como deixo sonhos nos hoteis.
E polos camiños de sirga flúen ríos impasíbeis.
Sentado sobre o banco permanezo en silencio.
O silencio pertence á arte da oratoria.
Chove sobre o Paraná.
Neva sobra o Neva.
O meu ollar é tan inocente que engana.

Reflexo

Noite: o reflexo da lúa no río.
Toco a superficie das augas,
mais a lúa non está alí.
O mundo rexeita o demasiado puro.



Tarde

Tarde te amei
beleza tan antiga e sinuosa.
Tarde te amei
beleza tan antiga e tan nova.
Tarde te amei.

A graza do agárico

O mesmo que as ondas
chocan unha e outra vez contra a ourela,
así volto eu

a recibir a graza do agárico.



Ninguén sacia a sede

As augas non cansan dos peixes.
Os peixes non cansan das augas.
Ninguén sacia a sede
de nós
deles.

Fe

O silencio é un mar.
A palabra é un río.
A auga do Eume flúe en todos
os ríos ao mesmo tempo.
A linguaxe está no ollar.

Miro as profundidades e creo.



Teño Frío

Atraveso a ponte e caio.
A corrente arrástrame até a ourela.
Ao despertar preguntome onde estou.
Será inferno ou paraíso?

Teño frío e cómeme a humidade

A maneira de Guillaume, Osip, Paul e César Antonio

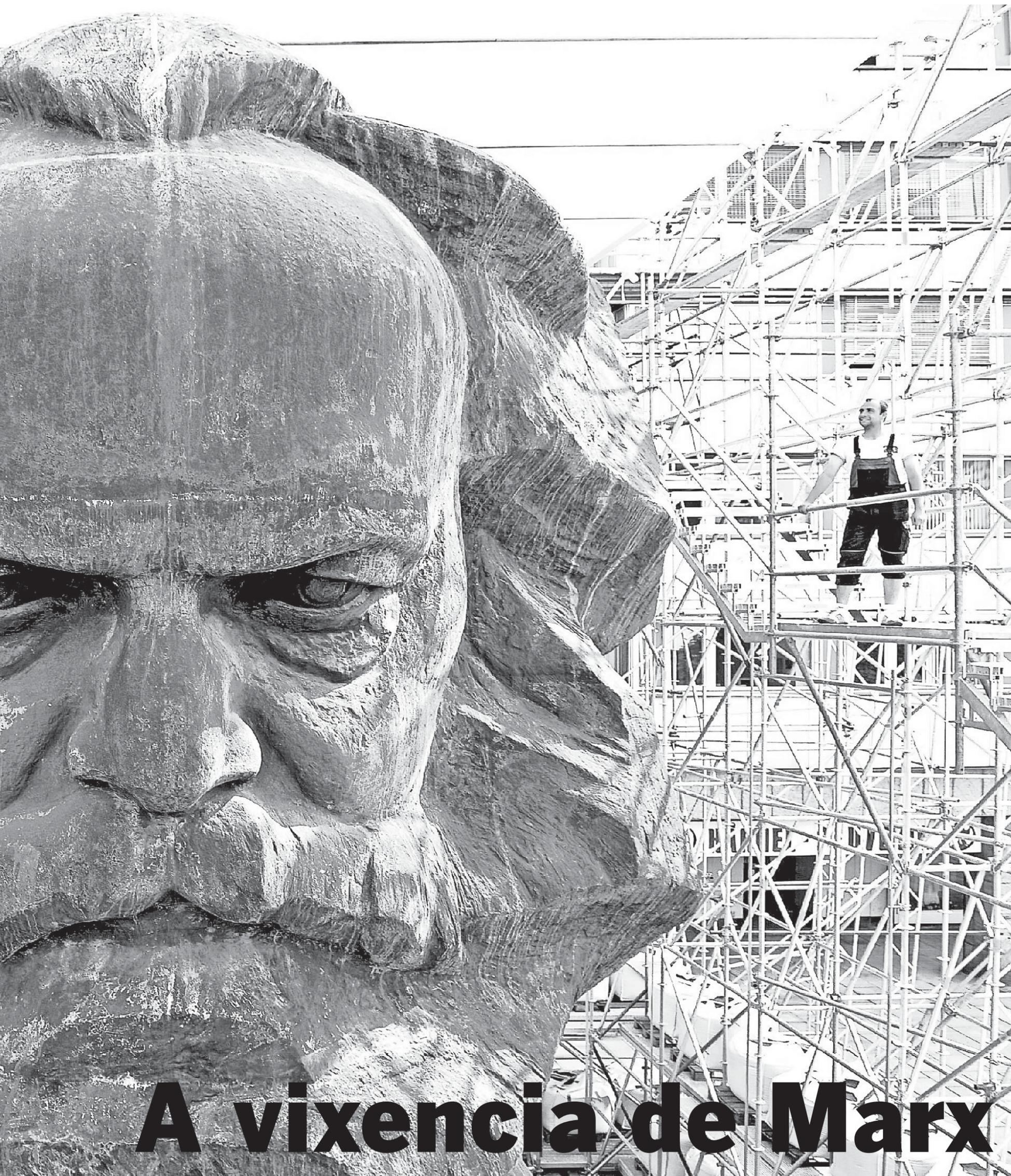
Baixo a Mirabeau
o Sena.
Dea mores, tristura e dores,
quen se lembra?
Nos ríos,
ao norte do futuro,
boto a rede.
Logo, súboa lastrada
coas cantarías da ponte
desde a que nos
lanzamos
cara á vida
en voo de feridas.
Baixo a Mirabeau,
o Sena.
De amores, tristura e dores,
quen se lembra?
A Ledicia sempre vén
tras as mágoas.
Baixo a Mirabeau:
ti
eu
o outro,
e os que veñan.



20 NOVEMBRO DO 2008 - NÚMERO 746

r d l

REVISTA
**DAS
LETRAS**



A vixencia de Marx

“Marx nunca tivo tanta razón”. O escritor portugués José Saramago realizaba hai uns días esta declaración co gallo da actual crise financeira mundial. “¿Onde estaba todo ese diñeiro desbloqueado para rescatar os bancos? Estaba moi ben gardado. Logo apareceu, de repente, para salvar o que? ¿Vidas? Non, os bancos”, afirmou o premio Nobel de Literatura de 1998. Uns días despois, o arcebispo de Múnic e Freising, Reinhard Marx, aseguraba que Karl Marx “non está morto e hai que tomalo en serio”. “Hai que confrontarse coa obra de Karl Marx, que nos axuda a entender as teorías da acumulación capitalista

Karl Marx

O pouso indeleble

e o mercantilismo”, recomendou o relixioso. No contexto da actual crise financeira, voces como a de Saramago e a de Reinhard Marx reivindicán unha volta a Karl Marx para comprender o que está a acontecer e procurar solucións. ¿É só froito pasaxeiro da desorientación que xera a crise, ou pode ser un dos alicerces dun debate serio sobre as alternativas ao capitalismo? ¿En que medida segue a estar vivo Karl Marx? Revista das Letras propón neste número algunhas respostas a estas preguntas.

“Refundar o capitalismo, mirar o xeito de tirar plusvalía dos humanos, dos animais, dos continentes, dos océanos, dos polos, mesmo das galaxias exteriores se fose posible. Marx non perdeu miga de vixencia desde que comezou a meditar sobre o capitalismo. Cando o imperio, a democracia financeira caía, como caeron as formacións que o precederon, Marx pasará a ser un pensador histórico.

Ir á raíz dos problemas, ser radical no pensamento. A Filosofía (Marx) non é un titular de telexornal.” A poeta Chus Pato achega con estas palabras a súa reflexión sobre a actualidade do pensamento de Marx.

A editorial inglesa Penguin contabilizou un incremento dun 900% nas vendas do *Manifesto Comunista* desde maio ata outubro deste ano.

“Unha sociedade que sente novamente a necesidade de ler a Karl Marx é unha sociedade que non se sente ben”. O editor alemán especializado en literatura comunista Jorn Schütrumpf reflexionou deste xeito sobre o que, ao seu ver, semella un renovado interese nas obras de Marx por parte dos lectores. Alén das informacións coma

estas, baseadas en datos máis ou menos contrastados e, se cadra, enmarcables no ámbito da anécdota como criterio da noticiabilidade nos medios de comunicación, o certo é que do contexto da actual crise financeira están a agromar algúns debates sobre unha suposta “refundación” do capitalismo que poden atopar nos autores marxistas un dos seus alicerces.

“O interese polo Marx científico social nunca desapareceu do ámbito académico e mesmo hai un incremento agora incluso nas universidades norteamericanas. En cambio, no plano político, e agás unha esquerda moi minoritaria, segue a predominar nos países desenvolvidos a idea de que Marx, en canto teórico político, foi negado polos feitos. De todos modos, en momentos de crise revive algo a súa reivindicación, pero iso pasa en canto a crise se supera”, comenta o historiador Xusto Beramendi.



¿Serve a obra de Marx para comprender a actual crise financeira? As controvertidas respostas a esta pregunta non agochan as simpatías ideolóxicas dos que as sustentan. “Marx consideraba que as crises podían ter distintas orixes: por sobreproducción, subconsumo e caída da taxa de ganancia no sistema económico. Non contaba cunha boa teoría monetaria; entre outras carencias da época. Tampoco da información estatística da que se dispón hoxe. Para el a extrema desigualdade –suposto básico dos seus modelos– xeraba os desaxustes que consideraba que por si mesmos acabarían afundindo o capitalismo. O seu enfoque, ao meu xuízo, non serve para entender o que está pasando. Todo é máis concreto e específico; e as responsabilidades políticas, o que fixeron e deixaron de facer gobernos, axentes financeiros, empresariais e outros actores, é o que explica os desaxustes actuais. Máis que o estudo do marxismo eu recomendaría o estudo da Historia real para mellorar a comprensión do que está pasando”, apunta o economista Pedro Arias.

O escritor e editor Miguel Anxo Fernán-Vello publicaba hai uns días, neste mesmo xornal, un

artigo no que citaba as seguintes frases de *O capital*: “Nun sistema de produción no que toda a trama do proceso de reprodución descansa sobre o crédito,(...) ten que producirse unha crise. (...). A primeira vista, a crise aparece como unha simple crise de crédito e de diñeiro. Mais, a carón disto, hai unha masa inmensa destas letras que só representan negocios de especulación, que agora se ispen e estouran como pompas de xabón”.

O tamén colaborador deste xornal e economista Xosé Manuel Beiras ofrece unha visión

confluente coa de Fernán-Vello, e afastada da de Pedro Arias. “A crise estaba anunciada desde hai 20 anos”, afirma, a través de chamadas de atención desoídas como a “crise financeira mexicana que seguiu á sinatura do tratado de libre comercio entre Estados Unidos, Canadá e México”, “a crise dos dragóns asiáticos” ou a “crise financeira da ex-Unión Soviética”. “O que está pasando foi avisado”, recalca.

A economía “especulativa”

Beiras sitúa, como os pensadores do movemento altermundista entre os que el se atopa, a cerna da actual crise na especulación. “Prezos como os dos carburantes ou dos alimentos básicos, controlados por unhas cantas multinacionais, fórmanse nun mercado de futuros que manexa un capital especulador. Isto non sería posible se o capital-diñeiro estivese sometido a control democrático. O actual goberno nominalmente de esquerdas, do PSOE e do BNG, decidiu desarmar os instrumentos cos que se podería intervenir”, asegurou. “En lugar de sancionar os responsables da crise”, denunciou Beiras, en consonancia co discurso do SLG e da CIG, que convocou mobilizacións por este motivo nos últimos días, “os gobernos reaccionan en función dos intereses do capital, como analizaba Marx”.

Regular ou desregular

“Marx destaca o carácter estrutural das crises do capitalismo, pero a súa concepción apocalíptica (de matriz cristiá, secularizada) lévao a negar a posibilidade da súa superación, agoirando a morte do capitalismo”, indica, en frontal desacordo con Beiras, o politólogo Xosé Vilas Nogueira. “As mudanzas experimentadas desde daquela polo capitalismo e, sobre todo, o incuestionable fracaso das profecías de Marx privan a súa obra de utilidade para comprender a crise actual. Esta parece sumar unha crise da economía ‘real’ e outra da economía ‘financeira’, a última derivada da perda de autonomía dos mercados financeiros, a causa da conquista polos Gobernos das instancias reguladoras”. “Non é cuestión da ‘máis’ regulación, senón da súa independencia dos gobernos, e por ende dos partidos políticos”, opina Vilas.

A foto, de arquivo, serviu para ilustrar a xira iniciada en San Cristóbal de las Casas polo Exército Zapatista de Liberación Nacional a primeiros de xaneiro do ano 2005. As reivindicacións deste movemento de defensa dos dereitos dos indíxenas conflúen, en parte, co pensamento marxista.

Marx deixou unha pegada indeleble no pensamento e na evolución dos feitos da historia contemporánea. O debate sobre a vixencia da súa obra non é novidade, e antecedeu con moito á caída dos reximes do “socialismo real”. O catedrático de Dereito Constitucional na Universidade de Santiago Roberto Blanco Valdés propón unha introdución a esta cuestión desde tres perspectivas. “A obra de Marx é á vez unha metodoloxía de análise histórica, unha filosofía que implica un proxecto ético de sociedade, e unha análise que fai unha prospectiva histórica. A primeira e a segunda seguen a ser válidas, a terceira non. En China e na Unión Soviética, o socialismo non se construíu desde o capitalismo, senón desde sociedades atrasadas, agrarias... Pola contra, nos países capitalistas como Alemaña e Inglaterra, o capitalismo non só non rematou superado polas súas propias contradicións como predicía Marx, senón que se consolidou como o modelo económico paradigmático de todo o mundo”, sinalou.

“Pola contra, como filosofía que leva dentro unha proposta ética e moral, o pensamento de Marx supón unha proposta que é válida: a da liberación dos homes, a da loita contra a explotación das persoas. E de aí, aínda que non só de aí, procede a raíz ética de boa parte das propostas socialistas e socialdemócratas que triunfaron en diversos países”, engadiu.

“Como metodoloxía da análise histórica, o pensamento de Marx, tomado de modo xeral, segue vixente. Supuxo un avance fronte á historia idealista que a precedeu. As clases sociais como protagonistas do proceso histórico, as contradicións económicas... seguen a valernos para a análise histórica, se non facemos dunha interpretación do materialismo histórico demasiado ríxida. A dicotomía estrutura-superestrutura, a colectividade como suxeito histórico... , deben ser matizadas”, sostivo.



A inevitable caducidade

O filósofo Marcelino Agís coincide, na súa análise, en boa medida con Blanco Valdés. “Todos os clásicos manteñen sempre algunha vixencia. Marx é un filósofo do XIX, polo que parte do seu pensamento está, inevitablemente, caduco. Segue vixente a súa idea do traballo como creador e realizador da persoa. Fracasou na súa predición sobre o triunfo da revolución nos países industrializados. Pero triunfou no aspecto de que as súas teorías serviron á mellora das condicións de vida dos traballadores. Pero esta mellora foi a que desarmou o proletariado como suxeito da revolución. Os seus conceptos de clase e loita de clase non están vixentes neste sentido”, cre.

Valdés non esquece tampouco a experiencia dos reximes do chamado ‘socialismo real’, “que se reclamaron herdeiros do marxismo”, e cuxo resultado foi, ao seu ver, a “ineficiencia económica” e o “autoritarismo e represión da liberdade”. “Os partidos comunistas teñen a súa cara negativa, a connivencia co socialismo real, e a súa cara boa: loitaron contra o nazismo, os fascismos...”, lembrou.

A reflexión sobre a vixencia do marxismo esixe atender, tamén, ás actualizacións do pensamento de Marx levadas a termo polos autores marxistas e, mesmo, por aqueles que, sen recoñecerse como herdeiros de Marx, empregan nas súas análises os principais eixes do sistema marxiano. O filósofo marxista Adam Schaff publicou nos anos 90 o libro *O marxismo a finais de século*, no que defende que seguen vixentes a teoría da alienación, a teoría do individuo como suxeito social autocreador da súa propia historia e o materialismo histórico.

Schaff cualifica de “absurda” a tese da negación da pervivencia das clases sociais, aínda que admite a necesidade de “seguir desenvolvendo os estudos sobre as capas e grupos sociais como fai a socioloxía moderna” e que “a loita de clases” non é o “único motor do desenvolvemento da sociedade”. O filósofo polaco lembra que “Marx formulou toda unha serie de condicións que limitaban a realización dunha revolución socialista” e opina que “todas as revolucións socialistas levadas a cabo ata agora violaron o marxismo”. Entre os “elementos erróneos” da teoría de Marx, Schaff sinala a tese da bipolarización cada vez maior entre a burguesía e o proletariado, –á luz da extensión das clases medias–; a teoría de economía planificada como alternativa á anarquía dun mercado afectado por crises cíclicas inevitables e a tese da relixión como o “opio do pobo”. Considera, por último, elementos “anticuados” da teoría de Marx, a teoría da plusvalía, a da existencia da “clase obreira”, “hoxe condenada a desaparecer”, e en consecuencia a tese da “ditadura do proletariado” e a “desaparición do Estado”. “O socialismo non pode existir sen democracia”, conclúe.



Acertos e fracasos

“A análise marxiana da natureza e funcionamento básico do capitalismo continúa vixente no fundamental”, sinala Beramendi. Porén, “daquela nin existían as multinacionais, nin a globalización nin o predominio do capital financeiro sobre o industrial”. “Acertou ao predicir a tendencia do capitalismo á innovación tecnolóxica, á concentración e centralización do capital, a invadir todas as actividades económicas e á internacionalización. Errou en crer que as condicións de vida dos asalariados empeorarían continuamente –non tanto se o consideramos a escala planetaria– e na viabilidade do seu proxecto revolucionario”.

O filósofo Herminio Barreiro achégase nas súas apreciacións ás teses de Schaff. “A crise pola que está atravesando o planeta é a mellor exemplificación da vixencia das teses de Marx”, indica. “Algúns nunca quixeron velo, pero aí está a teoría da plusvalía actuando unha vez máis como a razón última do funcionamento das sociedades contemporáneas”, engade. “O marxismo segue a ser a única alternativa. Socialismo ou barbarie. O socialismo do século XXI é a única opción posible. Quizais teña que ser global, tal e como apunta Alain Badiou no seu último ensaio sobre Sarkozy”, opina. Precisamente, a teoría da plusvalía apuntada por Barreiro é un dos principais obxectos de crítica do paradigma marxista por parte da ciencia económica na actualidade dominante no discurso académico. “A teoría da plusvalía é o erro teórico principal de Marx e o que constitúe o fracaso do seu sistema”, asegura o economista e profesor na facultade de Ciencias Políticas



da Universidade de Santiago Miguel Anxo Bastos. “Marx non entende que é a función empresarial a que dá ou quita beneficios, pois a mera explotación non garante o beneficio –por moito que “explote” a un obreiro se o que fai non ten venda non obterei beneficios e incluso o ‘escaso’ salario que lle pague será perdido”, defende Bastos. “O erro principal está en supor que é o traballo o que determina o valor dos bens e non a apreciación subxectiva dos individuos”, sostén. En realidade, a idea de que o valor dunha mercancía depende da cantidade relativa de traballo necesaria para a súa produción e non do salario que se paga por el é anterior a Marx, e consolidouse con David Ricardo.

Os autores marxistas adoitan defenderse dos ataques contra a teoría do valor-traballo e a teoría da plusvalía como fonte do beneficio do empresario afirmando que os economistas liberais confunden prezo de mercado e valor e que na realidade os procesos de intercambio aquí implicados son sociais e non redutibles a individuos que toman decisións racionais no mercado.

A coordinadora de Esquerda Unida Yolanda Díaz alude aos xeitos nos que o capitalismo actual procura o “incremento da plusvalía” como o acordo

acadado polos ministros de Traballo da UE para prolongar ata as 65 horas o tope legal da xornada laboral semanal. “O capitalismo non satisface as necesidades humanas, senón que condena á fame a gran parte do continente, nin é un sistema ecoloxicamente sustentable. Temos que construír sistemas alternativos, desde o socialismo, que nos permitan desenvolvernos como persoas, enriquecernos como seres humanos”, di.

En consonancia con Yolanda Díaz e Herminio Barreiro, o responsable da organización comunista Primeira Linha Carlos Morais afirmou que “a explotación e a dominación son feitos obxectivos, independentemente da capacidade de comprensión que ten o suxeito para comprendelos”. As teses de Marx son, para Morais, a “única vía factible para combater o imperialismo, a opresión de xénero e a explotación dos traballadores”. “A opresión das nacións sen Estado é unha das vías máis eficaces de enriquecemento da burguesía”, engadiu, e subliñou que “nin o binomio PSOE-PP/BNG nin o Obama-MacCain deixan de ser o mesmo, pois non están por modificar o núcleo duro do capitalismo”.

O debate sobre o método

Xosé Manuel Beiras cre, en consonancia con Schaff, que seguen vixentes os “postulados epistemolóxicos de Marx en función dos cales os fenómenos económicos son fenómenos sociais” e, no plano metodolóxico, o “materialismo dialéctico”, a dialéctica entre a “base económica: o modo de produción, e a superestrutura”. Outros autores, como Karl Popper, rexeitaron o carácter “científico” do materialismo de Marx como método.

Beiras opina, por outra banda, que seguen vixentes algunhas das “leis fundamentais do funcionamento do capitalismo”. En primeiro lugar, a lei do “constante proceso de concentración e centralización do capital”: a través de fenómenos como a “fusión de empresas” e a concentración do poder, da “toma de decisións” e do “capital” no “centro do sistema”, fronte á “periferia”. Miguel Anxo Bastos amósase en desacordo con Beiras ao indicar “o capital está cada vez máis disperso en máis mans (accións, fondos de investimento, fondos de pensións) e non cada vez máis concentrado. Si hai unha tecnóstroutura que xestiona tal capital, pero non é en boa medida propietaria deste. En si tampouco hai nada de malo en que as sociedades acumulen capital”.

A lei do desenvolvemento desigual segue tamén de actualidade, segundo Beiras. “A dinámica do capitalismo enxendra desigualdade. O desenvolvemento desigual vén de vello, pero co neoliberalismo agrávase”, afirma. Miguel Anxo Bastos responde a isto que “o proletariado non se empobreceu nin aquí nin no terceiro mundo en termos absolutos”. “De aí que os marxistas teñan que recorrer a elementos extramarxistas como

unha pauperización relativa, que na miña opinión é allea ao que Marx quería expor. Os marxistas modernos, como apunta Paul Gottfried nun ensaio recente, refuxianse en conceptos ambiguos e de difícil operativización como alienación ou deshumanización para intentar manter o seu sistema”, engadiu Bastos.

Por último, Beiras considera que segue vixente a dialéctica entre as clases sociais. “A contradición antitética entre os donos dos medios de produción en forma de capital e a forza de traballo asalariada, que leva a que unha clase explote á outra, chega ao paroxismo co neoliberalismo”, apunta.

Bastos replica a isto que “Marx deixou inconcluso no *Capital* o capítulo das clases, pero parece que as basaba na propiedade. Isto non se sostén hoxe. O director xeral da General Motors sería segundo este esquema un proletario e un pequeno empresario con dous traballadores un membro da clase dominante. Esquece o poder da clase política e da elite tecnocrática privada ou pública asociada a ela”.

“De ser certo o esquema marxista de que o socialismo viría da evolución natural do propio capitalismo, o que habería que facer daquela é promover o auxe do capitalismo e non combaterlo con movementos anticapitalistas –Marx decatase disto cando defende o colonialismo na India para que alí se instalen formas capitalistas de produción que despois devirían no socialismo–. Os estados socialistas teñen que ser por natureza totalitarios, os casos soviético, cubano, coreano ou cambodiano non son accidentes senón derivas lóxicas do socialismo”, agregou Bastos, que se define como “liberal”.

A Fronte Popular Galega (FPG) é outra das organizacións políticas galegas que recoñecen o marxismo como a súa base teórica. Mariano Abalo, un dos seus responsables, apunta que “hai clases establecidas en función dos intereses do sistema: directivos inútiles na banca, na industria, e membros da clase política, que non xeran beneficios para a sociedade. senón que se amparan na corrupción para buscar o seu propio beneficio e intereses. O sistema tivo a capacidade de assimilar as direccións políticas e sindicais, daquela quedamos sen vangardas que poidan promover o cambio, que agora ten que vir da implicación de toda a sociedade”.

A teoría das clases é un dos aspectos máis discutidos na actualidade en relación coa vixencia de Marx. Os autores marxistas adoitan advertir de que o binomio burguesía-proletariado non esgota, nin sequera, a análise marxiana sobre a estrutura de clases do capitalismo da súa época, xa que Marx examinou tamén o caso do “lumpen” proletariado como o segmento máis oprimido entre os traballadores. A socioloxía moderna estuda a estratificación social tanto desde a tradición marxista como desde a que arrinca da teoría de Max Weber, autor que considera, xunto á dimensión da propiedade-non propiedade dos medios de produción, outras variables como o nivel de cualificación e o status recoñecido, que colocan as persoas en diferentes posicións de poder no mercado.

Diversos autores neomarxistas establecen distincións, tamén, entre os diversos segmentos que se poden formar no seo de cada unha das clases fundamentais: burguesía –por exemplo, propietarios e altos executivos sen propiedade– e proletariado. E estudan as divisións extraclasisistas, que implican a identificación de grupos sociais que se definen á marxe da relación básica capital-traballo: o caso dos funcionarios, por exemplo.

Os neomarxistas revisaron outros aspectos da teoría de Marx como os conceptos sobre os que se sustentan o materialismo dialéctico e o materialismo histórico. A Escola Crítica rexeitou o determinismo económico e incorporou as achegas de Weber e Freud. Para os autores desta escola, o cerne da dominación no mundo moderno sitúase na cultura: na industria da cultura de masas xeradora do “pensamento único”.

O marxismo estrutural fundiu o marxismo co estruturalismo. Louis Althusser e Nicos Poulantzas rexeitaron a dicotomía simple base-superestrutura, e analizaron a autonomía relativa das diferentes estruturas que sustentan o capitalismo: economía, ideoloxía, política... Outro grupo de marxistas regresou ás raíces hegelianas do pensamento de Marx.

Lukács distinguiu a “clase en si”, da “clase para si”: aquela na que os seus membros son plenamente conscientes da súa posición de clase e actúan en consecuencia. Antonio Gramsci estableceu como unha condición para o triunfo da revolución, alén do control da economía e o estado, o liderato cultural sobre a sociedade, que segundo el se pode obter a través do labor dos intelectuais e o partido comunista.

Outros autores cimentaron no marxismo a súa análise histórica, pero actualizárona adaptándoa á realidade da globalización. Immanuel Wallerstein estudou como a división do traballo se realiza a escala mundial, afondando as diferenzas entre o centro e a periferia do sistema. Desde a corrente posmarxista, Ernest Laclau e Chantall Mouffe avogaron por unha democracia radical...

En realidade, a revisión da obra de Marx comezara xa moito antes, no seu mesmo século. Bernstein, un dos pais do socialismo reformista, rexeitou as concepcións de Marx sobre o valor e a plusvalía, a noción de ditadura do proletariado e a tese da intensificación da loita de clases ata desencadear na revolución.

Por outra banda, unha lectura atenta de Marx e Engels permite atopar nos seus escritos alicerces para as posteriores revisións das súas obras. Eudaldo Casanova lembra, no ensaio *O que queda do marxismo*, editada pola Fundación de Investigacións Marxistas, que o binomio base-superestrutura, considerado dun xeito ríxido e unidireccional, non é en realidade a proposta de Marx e Engels, que teñen en conta a relación dialéctica entre ambas...

O secretario xeral da Unión do Pobo Galego (UPG), Francisco Rodríguez, apunta que “hai tendencia

a vincular a Marx cos estados do ‘socialismo real’, pero esta é unha perspectiva moi parcial. O que fixo máis o marxismo foi unha crítica do capitalismo, definindo un modelo alternativo, o socialismo. En realidade, o comunismo non está definido en ningún texto teórico”. O marxismo está, segundo Rodríguez, vivo, “pero non como un dogma ou unha relixión”, senón como un instrumento interpretativo da realidade que se adapta para a súa aplicación en diferentes circunstancias.

“O marxismo nalgúns partidos políticos é un elemento claro e manifesto, porque seguen mantendo os seus postulados, aínda que dun modo máis ambiguo que antes da caída do bloque socialista. Son partidos, moitas veces, antagónicos entre si, e algúns, como o Partido Comunista portugués, teñen unha incidencia real”, salientou.



“Tamén se pode facer unha crítica ao imperialismo e á globalización desde o marxismo. Teóricos como Samir Amin sitúanse nesa órbita. Son posturas contrarias ao eurocentrismo, e á idea de que o socialismo se constrúe desde os países industrializados. En Engels, hai que lembralo, xa había algo de interese nisto. Son proxectos que se artellan non arredor dun partido único, senón dunha alianza de clases nunha fronte patriótica. Esta é a perspectiva que se aplicou en países africanos como Angola e Mozambique, e a que se está a aplicar por exemplo en Bolivia e Venezuela”, cre Francisco Rodríguez.

“Nós”, –a UPG–, “podemos identificarnos con esa crítica do imperialismo pero, no relativo á cuestión nacional, identifícanos máis con marxistas que foron heterodoxos neste tema, que tentaron conxugar a loita de clases coa liberación nacional. En Lenin mesmo hai páxinas que permiten sustentar esta óptica, aínda que outra cuestión é como se levaron á práctica eses principios”, engadiu. O socialismo, conclúe Francisco Rodríguez, continúa a ser “a única saída posible ante as contradicións do capitalismo, desde unha economía planificada e o dereito dos pobos a ser libres. O marxismo está moi presente no mundo, ata agora dun xeito máis solapado”, e a partir da crise económica actual dun modo máis visible...

Marx está vivo de moi diversas maneiras. Con todos os matices pertinentes, nos reximes políticos de China, Cuba, Corea do Norte, Laos, Vietnam.... e nas organizacións políticas que o seguen a reivindicar: en Galiza, ademais das xa citadas, outras como o

Partido Comunista de Galicia ou o Partido Comunista do Povo Galego. O pensamento marxista impregna as propostas da esquerda latinoamericana representada polos gobernos de Bolivia ou Venezuela; as de organizacións xuvenís como, no noso país, Briga ou Adiante ou as dalgúns colectivos do asociacionismo social e cultural de base –por exemplo, boa parte dos que se moven arredor dos centros sociais autoxestinados–. O marxismo é tamén un dos alicerces teóricos de movementos sociais como o altermundista, nos que conflúen desde a parte do

feminismo influenciada polo marxismo ata os movementos indixenistas e de defensa dos dereitos dos traballadores da terra en latinoamérica...

Sen o marxismo non podería entenderse, tampouco, e sen que sexa a súa única base filosófica, o sindicalismo: en Galiza, a pegada do marxismo é evidente, por exemplo, na CUT, ou mesmo no discurso da CIG e o SLG. Nin, e aínda que os seus cimentos teóricos abranguen

máis influencias que a marxista, hai que esquecer os partidos socialdemócratas actuais que, malia ter renegado publicamente do marxismo en moitos casos, e de telo abandonado a nivel de praxe, non deixan de ser, en certa medida, froito da evolución histórica do paradigma marxista, así como os seus sindicatos afíns.

Hoxe, nin a dereita política cuestiona algunhas –outras si– das conquistas do Estado de Benestar que, sen a revolución do pensamento contemporáneo que artellaron Marx e outros autores, unida á coxuntura política dos estados e á loita sindical, non se terían feito realidade.







Violencia contra as mulleres

Alcohol e drogas. Pobreza. Marxinalidade. Transtornos mentais ou trazos de personalidade. Agresividade innata. Celos e frustración. Imitación de condutas aprendidas na infancia. Submisión e provocación, por parte da muller. A mesma sociedade que perpetúa a desigualdade entre homes e mulleres busca nestes e noutros mitos o modo de eludir a súa responsabilidade respecto da violencia contra as mulleres, atribuíndoa á conduta desviada da norma de determinados individuos ou grupos sociais. De nada serve pedirlle a fin do maltratamento se ao mesmo tempo se mantén a estrutura que o sustenta a través do mundo do traballo, as familias, a industria cultural, os medios de comunicación... Estruturas que trascenden o social –os comportamentos e actitudes machistas– para instalarse no cultural, condicionando o xeito no que todos os homes

Violencia contra as mulleres

O debate aberto

e mulleres, e non só os maltratadores e agredidas, se pensan como tales. Os discursos públicos –unhas veces comprometidos, outras baleiros de contido– incorporan as críticas á “masculinidade” mal entendida e á definición, ríxida e mantedora da desigualdade da muller, dos roles de xénero, aínda dominante. Pero, se cadra, a conta da negación doutros factores que, á parte da perspectiva de xénero, poden contribuír a explicar o fenómeno. Algúns autores e autoras propoñen, neste sentido, combinar a crítica do patriarcado como alicerce da explicación da violencia contra as mulleres coa consideración doutras variables contempladas en modelos multicausais que pescudan na dimensión individual, social e familiar do fenómeno. Quizais ese é o camiño para explicar por que. Revista das Letras repasa as distintas perspectivas deste debate, aínda aberto: a procura das causas.

Violencia contra as mulleres. Violencia de xénero. Violencia sexista. Terrorismo machista... A soa denominación dun fenómeno tan complexo como é o dos malos tratos contra as mulleres xa presenta problemas de por si. Violencia de xénero é, segundo os expertos, un modo de violencia estrutural que adopta distintas formas: acoso sexual, violación, maltrato físico e psicolóxico, desigualdade no acceso aos recursos económicos... A violencia doméstica sería, desde esta perspectiva, unha manifestación concreta da violencia de xénero: a que se desenvolve no espazo doméstico e no seo da relación de parella.

A consideración da violencia contra as mulleres como un problema público, alén do ámbito do privado, non comezou a asentarse ata os anos 60-70. No 1989, o Informe da Comisión de Dereitos Humanos do Senado sobre os Malos Tratos marcou un dos momentos clave do desenvolvemento do discurso público sobre este tema no Estado español. No mesmo ano reformouse o Código Penal para introducir un tipo específico de maltrato na familia: os malos tratos habituais. No 1997, o asasinato de Ana Orantes, unha muller que acudira a unha televisión para denunciar as palizas que lle seguía propinando o seu ex compañeiro, propiciou o incremento da atención mediática sobre a violencia de xénero. No 1998 o Goberno español puxo en marcha o primeiro Plan de Acción contra a Violencia Doméstica. No 1999 reformouse outra vez o Código Penal.

A magnitude do problema foi sendo recoñecida a escala mundial nas últimas décadas do século XX. No 1993, a ONU aprobou unha Declaración sobre a Eliminación da Violencia contra a Muller. As diversas cifras sobre este tipo de violencia non son sempre comparables, debido a cuestións metodolóxicas. As estatísticas oficiais só recollen unha pequena parte dos casos reais. Malia representar menos do 2% sobre o total de delitos, o número de denuncias por malos tratos ás mulleres foi aumentando nas últimas décadas, como permiten comprobar os datos do Instituto da Muller. Este organismo, adscrito ao Ministerio de Igualdade, realizou varias macroenquisas entre a poboación feminina que permitiron detectar casos de malos tratos que non chegan a denunciarse. Segundo a

do 2006, o 3,6% das mulleres consultadas recoñecéronse como maltratadas, mentres que o 9,6% foron cualificadas como "tecnicamente" maltratadas, con base nas súas respostas. Este estudo recibiu críticas debido á súa definición "técnica" de maltrato xa que, como indica Juan J. Medina en *Violencia contra la mujer en la pareja*, "non é o mesmo que a parella lle diga a unha 'a onde vas sen min' que non valorar o traballo da muller ou que cando se enfade a chegue a empuxar ou golpear. Porén, todas estas condutas son consideradas de forma equivalente para cualificar a muller como maltratada".

No 1999, a Unión Europea realizou unha enquisa para medir as opinións dos europeos sobre a violencia de xénero. Segundo este estudo, o 63% dos 1.000 españois entrevistados cren que as desigualdades de xénero son unha causa dos malos tratos. En Galiza, sete de cada dez denuncias por malos tratos acaban en "sentenzas condenatorias", afirmou a directora xeral do Servizo Galego de Igualdade, Ana Luisa Bouza, na presentación da *Estatística de violencia de xénero 2008*. No 2007, o Punto de Coordinación de Ordes de Protección fixo seguimento de 1.368 vítimas de violencia de xénero. No primeiro semestre de 2008, as medidas de protección por violencia de xénero comunicadas polos xulgados a este departamento foron 677.

Ana Isabel Cerezo salienta no seu estudo *El homicidio en la pareja*, do 2001, que as mulleres son sete veces máis proclives a ser vítimas dun homicidio a mans da súa parella que dunha persoa descoñecida e que a maior parte destes se producen cando a parella se separa. A Organización Mundial da Saúde recolleu nun informe que o 68% das mortes de mulleres no mundo se deben á violencia de xénero. En Europa, a primeira causa de morte nas mulleres entre 16 e 44 anos é violencia no fogar, por enriba do cancro ou dos accidentes de Tráfico, segundo datos publicados por *Le Monde Diplomatique*. A asociación española de Mulleres Separadas e Divorciadas cuantifica os casos dos que informa a prensa: no 2008 foron 66 as mulleres asasinadas pola súa parella, fronte a 3 homes e 8 os nenos aos que mataron seus pais. No 80% dos casos de mulleres mortas que contaron entre o 1998 e o 2001, había unha denuncia previa de malos tratos.



Alén do tratamento das cifras, a análise das causas da violencia de xénero non resulta, tampouco, doada. Boa parte dos autores e autoras especializados no tema recollen nos seus estudos o que denominan “mitos” sobre o maltrato, ou crenzas erróneas popularmente moi arraigadas que actúan como un mecanismo psicolóxico tendente a eximir a sociedade como conxunto de responsabilidade ao cargar as culpas sobre determinados individuos, categorizados segundo diversos estereotipos.

Un dos “mitos” máis comentados polos expertos é o de que a violencia de xénero afecta por igual a homes e mulleres. Os datos indican que entre o 90% e o 95% das vítimas da violencia doméstica son mulleres. Ademais, é moito máis probable que unha muller acabe precisando o ingreso nun hospital tras ser agredida por un home que á inversa, ou que morra. Por outra banda, e segundo a óptica asumida por gran parte dos autores e autoras, a violencia masculina exerceuse como un modo de control sobre a muller, destinada a intimidala para garantir a súa submisión –así o defende, por exemplo, o médico e actual delegado do Goberno para a violencia de xénero, Miguel Lorente, que escribiu no seu libro *Mi marido me pega lo normal* que “a muller sofre determinadas agresións polo feito de ser muller, por ese papel que lle asignaron para que represente baixo a supervisión do home, que se cree con dereito a controlala e utilizala”.

Outro mito é a crenza de que o maltrato se debe ao consumo de alcohol ou drogas. A relación entre violencia e drogas detectada, en porcentaxes variables, en diversos estudos, non debe confundirse con causa. Estas substancias poden ter un efecto desinhibidor, pero non todos os homes que se drogan pegan as súas compañeiras. A maioría dos que o fan tamén as agreden cando non están baixos os efectos das drogas, e só as maltratan a elas, e non outras persoas.

O maltrato dáse en todas as capas sociais. Pero unha parte das investigacións atoparon unha maior incidencia do problema nas capas baixas porque maltratar as mulleres das clases con menos recursos pode ser máis doado no sentido de que atopan máis dificultades para defenderse. Alén diso, varios estudos demostraron que as capas altas amosan maior capacidade para ocultar os malos tratos: tentan resolvelos a través de profesionais de pagamento –médicos, avogados, psicólogos...– e sen chamar a atención, pois iso afectaría negativamente á súa imaxe social. Ademais, unha separación por vía civil, sen denuncia por malos tratos e de mutuo acordo, pode resultar máis vantaxosa en termos económicos e familiares. A vergoña e a sensación de fracaso, asociada á probable perda de status social que se derivaría do “escándalo” dunha denuncia, actúan tamén como factores desincentivadores.

Outro mito moi estendido é a crenza de que os maltratadores padecen algún trastorno mental. En realidade, a incidencia da psicopatoloxía nos maltratadores non é maior que na poboación en xeral. Só se demostraron relacións consistentes con trastornos concretos como o límite ou o antisocial, que non explicarían a maioría dos casos. Tamén se discute a idea de que son homes incapaces de controlar os seus impulsos. Lorente salienta que a maior parte “son persoas afables que tentan gañar a confianza e o respecto dos demais, incluso tratando en ocasións a muller en público de maneira exquisita”. Aínda que un estudo de 338 casos realizado en Andalucía, publicado no 2006, descubriu que o 69% dos agresores tamén desenvolvían a violencia contra outras persoas no seo da familia e o 40% noutros ámbitos. A *Enquisa sobre Seguridade, Familia e saúde da muller* realizada por Juan J. Medina e outros autores no 1999 indica que o 60% dos compañeiros das mulleres que se definen como maltratadas son tamén violentos con outras persoas.

Alguns estudos relacionan o maltrato non con enfermidades, senón con trazos de personalidade dos agresores como os derivados de déficits na resolución de conflitos. Lorente comenta sobre isto que “a inmensa maioría destes estudos se fixeron sobre maltratadores que foron denunciados ou condenados” e, tendo en conta que “só se denuncia o 10% dos casos”, os resultados non poden ser representativos.

Os agresores tratan, por outra banda, de minimizar ou xustificar a súa conduta. E unha das excusas favoritas son os celos. Como apunta Lorente, “os celos, no fondo, son un mecanismo que persegue o control da outra persoa e, en parte, amosan medo, inseguridade e dependencia de quen os exerce”. Outra desculpa é o alcohol. Xunto á suposta “provocación” por parte da muller que ten sido, mesmo, defendida por algúns especialistas.

Os estudos de casos concretos deixan claro que non é así, senón que a explosión de violencia se inicia independentemente do que fagan as mulleres, e sen que estas poidan predicila. Mesmo nos moi infrecuentes casos –tamén documentados na literatura especializada– nos que elas poden comezar o enfrontamento, se cadra cun golpe ou lanzándolles aos seus compañeiros algún obxecto; ou cando utilizan a violencia en defensa propia, os agresores non admiten que iso non xustifica a conseguinte paliza.

Outro mito é que as mulleres poderían conseguir o cesamento da violencia cambiando a súa conduta. Os estudos de caso amosan que non: que as agresións pouco teñen que ver co que ela faga ou deixe de facer, diga ou deixe de dicir. Por iso, a maioría dos expertos desaconsellan a terapia de parella para os casos de malos tratos, pois contribúen a perpetuar a situación culpándoa a ela.



O debate arredor das causas da violencia contra a muller continúa aberto. As teorías son múltiples, e complementarias entre si, aínda que tamén chegan a contradicirse nalgúns aspectos. Na actualidade existe moita confluencia –aínda que non unanimidade– entre os expertos á hora de sinalar o maltrato como un intento de dominio e control da muller por parte do seu compañeiro con orixe nunha estrutura social que mantén a desigualdade entre o home e a muller. E nese sentido camiñan os discursos oficiais e os dos movementos sociais comprometidos coa loita contra a violencia de xénero –o presidente da Xunta, Emilio Pérez Touriño, referiuse esta semana aos malos tratos contra as mulleres como un “problema de Estado” relacionado cunha “imaxe estereotipada da masculinidade”–.

Na historia reside, sen dúbida, unha das claves da explicación do fenómeno. No Estado español, ata primeiros dos anos 60, a lei castigaba só co desterro o marido que asasinase a “esposa adúltera”. Se o dano era distinto da morte, non se contemplaba pena ningunha. Ata o 1975 a lei obrigaba a muller a obedecer o marido e, ata o 1970, a este éralle permitido “corrixir” a súa esposa, é dicir, maltratala.

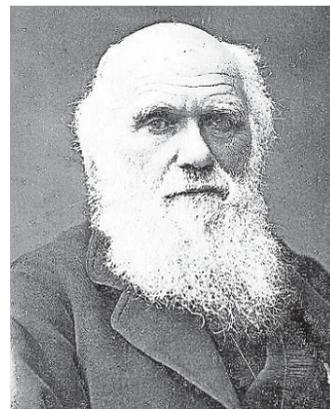
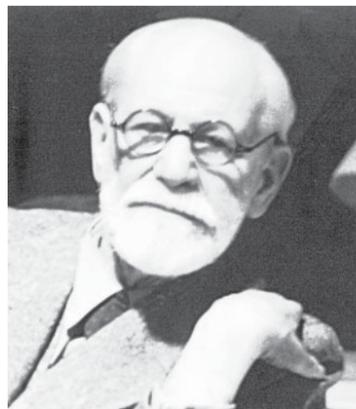
A xénese da diferenciación dos roles entre o home e a muller sitúase na prehistoria. Na actualidade, os antropólogos rexeitan tanto a tese do “matriarcado primitivo” como os excesos patriarcais das interpretacións dos autores do século XIX. A “universalidade” do status inferior das mulleres foi cuestionada por estudos como os de Margaret Mead, que a primeiros do século XX atopou en Nova Guinea sociedades que lles asignaban ás mulleres os roles en Occidente considerados masculinos, e á inversa. A tese do “home cazador-muller recolectora e coidadora da prole” foi tamén matizada: o estudo das sociedades primitivas contemporáneas amosa unha variabilidade maior en canto ás relacións de xénero e á repartición de tarefas. Lévi-Strauss explicou o intercambio de mulleres como un xeito de establecer alianzas entre grupos sociais.

Hipócrates, Platón e Aristóteles dividiron os sexos en “forte” e “débil”. Na Roma antiga, a violencia do señor da casa contra os “subordinados”; menores, mulleres e escravos, era permitida social e legalmente. Coa tradición xudeocristiá afóndase na desvalorización do feminino, que é asociado ao mal e ao pecado. A Idade Media herdou

os principios romanos da separación entre o público e o privado e a idea da inferioridade da muller. O amor cortés significaba unha idealización da muller como un ser sobrenatural, un misterio e un perigo, fonte da perda da razón. Os historiadores demostraron que a situación da muller foi empeorando na segunda metade da Idade Media. Un estudo coordinado por Ricardo Córdoba, publicado no 2006, sostén que nesta época se consentiron os golpes “ocasionais” ás mulleres por parte dos maridos ao abeiro do “dereito” medieval do home a “corrixilas”, pero que foi sancionada legal e socialmente a violencia “continuada”, “grave” e que poñía en risco “a vida da muller”, agás se o home alegaba “adulterio”.

A Ilustración e a Revolución francesa esqueceron a igualdade das mulleres –con excepcións, segundo os pensadores–. No século XIX, a misoxinia foi unha constante nalgúns filósofos, mentres que outros comezaron a defender os dereitos das mulleres: Stuart Mill propuxo a educación e a liberdade para acabar co prexuízo da inferioridade “natural” das mulleres; fronte aos estereotipos sobre o xénero defendidos por Freud –para quen o “masoquismo” é unha expresión da “natureza” feminina–, e Darwin. Aínda hoxe, a sociobioloxía explica a agresión como resultado dunha técnica de supervivencia dos pobos cazadores primitivos na súa loita polo poder, o territorio e o dominio das femias. A violencia sería, segundo esta perspectiva, parte da competición entre os machos por impor os seus xenes sobre a prole.

En xeral, as teorías bioloxicistas foron criticadas por reducionistas, ao non considerar a interacción da cultura coa bioloxía; pola falta de evidencia empírica que apoie as súas argumentacións e polas dificultades que afrontan para demostrar relacións de causa-efecto. Ademais, poden abrir unha porta á xustificación da violencia como algo “innato” e “inevitable” ao atribuíla aos xenes, as hormonas, os danos cerebrais, á “selección natural” ou a transtornos mentais. Boa parte dos estudos sobre maltrato e transtornos mentais realizáronse sobre pequenas mostras de homes en tratamento, por iso os seus resultados non son extrapolables a toda a poboación. O determinismo bioloxicista non é un bo camiño para explicar os malos tratos, pero iso non significa que haxa que desbotar as achegas da bioloxía.



A psicoloxía distinguiu entre violencia expresiva: a que obedece á expresión dos afectos como a ira ou a frustración, e violencia instrumental: aquela exercida polo agresor para obter algún beneficio. Os dous modelos poden, en realidade, ser compatibles, aínda que a maioría dos expertos e expertas na violencia contra a muller se decantan polo segundo. No caso concreto dos homicidios, Ana Isabel Cerezo sitúa a explicación na tese da “masculinidade”: homes cunha concepción moi estereotipada e ríxida sobre os roles de xénero atacan a súa muller porque senten que perderon o control sobre alguén que consideran que lles pertence e teñen dereito a corrixir. As excusas esgrimidas máis frecuentemente polos agresores son, segundo as investigacións desta autora: os celos; o intento por parte delas de “abandonalos”; o consumo de alcohol; as inxurias verbais; o suposto incumprimento por parte delas das súas obrigas como nai e esposa; ou a perda da casa, o afastamento dos fillos e a obriga de aboar unha pensión por consecuencia da separación. Nos moi pouco habituais casos de mulleres que asasinan os seus maridos, o factor que se atopa detrás é, sobre todo, o feito de ter sido vítima de malos tratos pero, sinala a autora, “a idea de posesividade” –celos, non aceptación do abandono– “non é exclusivamente masculina”.

A ideoloxía de cada quen inflúe, sen dúbida, na busca de explicacións ao maltratamento. Gerardo Pastor rexeita, nun libro editado pola Universidade Pontificia de Salamanca, que a tese do “machismo” poida resolver por si soa a cuestión, xa que “nos países nórdicos de Europa”, os máis “igualitarios”, a “taxa de violencia de xénero é ata tres veces superior á dos países mediterráneos”. Este autor cita no seu artigo varias teorías, entre elas a da “perda de valores sociais, relixiosos e morais” nas sociedades de hoxe.

A socióloga María Jesús Izquierdo advirte nun artigo publicado nun libro de Icaria que é un erro enfocar a violencia nas democracias como unha excepción á norma protagonizada por uns cantos homes “malos” e unhas cantas mulleres “vítimas”. Izquierdo insiste en que o problema de fondo: a desigualdade social das mulleres, é un fenómeno estrutural que afecta a todas, e non só a unhas determinadas mulleres vítimas de homes machistas. A autora afirma que as mulleres non son só vítimas, senón que tamén exercen a violencia, pero en forma de humillación aos homes. A socióloga recoméndalles a homes e mulleres revisar os roles que tradicionalmente lles asignou, a ambos, o patriarcado e, ás mulleres, reforzar a súa autonomía a todos os niveis.

En boa parte da literatura especializada establécese unha distinción entre teorías psicolóxicas, sociolóxicas e multicausais. As primeiras, que foron cronoloxicamente os primeiros intentos de abordar o problema, céntranse en caracterís-

ticas individuais tanto do home agresor como da muller agredida. As teorías sociolóxicas consideran a violencia como un produto cultural e social: por exemplo, para a teoría feminista, a violencia de xénero é consecuencia da estrutura patriarcal da sociedade. Os modelos multicausais integran os factores individuais cos sociais e os do contexto concreto da parella: desde as crenzas e valores sobre a familia e o amor por parte dos membros, ata as actitudes cara ó uso da forza como modo de resolver conflitos, pasando polas definicións culturais sobre os roles de xénero, o papel dos axentes de socialización (medios de comunicación, escola, familia), o feito de ter sufrido ou presenciado malos tratos na infancia tanto por parte do agresor como da vítima, a lexislación sobre o problema e o funcionamento do sistema xudicial, a actitude social cara ao maltrato, o contexto económico e cultural e as dimensións individuais, incluídas as comentadas ao falar dos “mitos”.

Un bo número de expertos e expertas consideran, porén, e entroncando coa teoría feminista, que a causa profunda do maltratamento se atopa na desigualdade estrutural entre mulleres e homes na sociedade e que, o resto das dimensións apuntadas polos modelos multicausais, sendo necesarias tamén para explicar o problema, só son factores coadxuvantes.

As teorías psicolóxicas foron criticadas por contribuír a difundir os falsos mitos sobre a violencia de xénero. O intento de definir “perffs” de home maltratador e muller maltratada, –nos que persisten algúns psicólogos sen ter en conta os factores sociais e culturais– poden reforzar os estereotipos. Un bo exemplo son os estudos que relacionaban os malos tratos con trazos de personalidade de determinadas mulleres: por exemplo, unha suposta tendencia á submisión e a dependencia. Investigacións posteriores demostraron que pautas coma estas son consencuencia, e non causa da experiencia dos malos tratos.

En relación con isto, é moi común que a sociedade se pregunte “por que as mulleres aguantan”. Diversos estudos tentaron atopar respostas a esta cuestión. Un dos máis coñecidos é o de Leonore Walker sobre o ciclo da violencia. Segundo esta autora, primeiro desenvólvese unha fase de tensión: cunha escalada gradual das friccións e conflitos, ata derivar na fase de agresión: na que estala a violencia psíquica, física e/ou sexual. A esta fase séguela a de “lúa de mel”: o home pide perdón e promete que cambiará, a muller cre o que di –e neste momento retira a denuncia–, e volve comezar.

Outras investigacións revisaron o modelo de Walker, e comprobaron que non ocorre sempre así: a frecuencia dos asaltos pode diminuír ao ser substituída por formas máis sutiles como o maltratamento psicolóxico, as formas menores de violencia poden non desembocar nas maiores...



Tamén dificultan que a muller lle poña fin á relación: os sentimentos de vergoña e culpabilidade que pode xerar o maltrato; a falta de apoio familiar e social e de recursos sociosanitarios que lle permitan saír da súa situación; o illamento ao que os maltratadores as someten logrando afastalas dos seus amigos e familiares; a deterioración da saúde física e emocional que causa o maltrato; a dependencia económica –que non sempre se dá–; a experiencia da ineficacia do sistema xudicial; a falta de información sobre as alternativas e mesmo o feito de non ter coñecido na vida outra cousa nalgúns casos; o medo a novas explosións de violencia; a asunción da idea do amor romántico como entrega total sen reciprocidade e/ou de roles e concepcións tradicionais sobre o xénero e o matrimonio; as dificultades prácticas para saír a buscar axuda por falta de tempo ou oportunidades para moverse sen ser controlada polo agresor... que mesmo pode chegar a convencelas de que están tolas ou merecen que lles peguen.

Algúns expertos e expertas sinalan todas estas cuestións como “factores de risco” da violencia: condicións que fan máis probable a súa aparición e persistencia. Autoras feministas rexeitan, malia todo, este discurso, por considerar que contribúe a poñer o acento sobre as mulleres, cando os únicos causantes da violencia son os homes. Algúns estudos sinalaron que non é certo que as mulleres non se vaian: que boa parte, ou incluso a maioría, si o acaban facendo. Estudos de caso demostraron, ademais, que non se axusta á realidade a presentación das mulleres como vítimas sumisas e incapaces de reaccionar: boa parte delas tentan, polo menos, discutir e razoar co seu compañeiro, e adoptan distintas estratexias fronte á violencia: tentan predicila, evítala...

As teorías socioculturais tampouco están exentas de críticas. Unha das máis reiteradas é a súa falta de apoio empírico e a súa incapacidade para explicar por que uns individuos se comportan de modo violento e outros non compartindo a mesma condición social. As teorías feministas advirten tamén contra a tendencia dos sociólogos a atribuír a violencia a determinados grupos sociais, facendo que se dilúa a responsabilidade de todo o corpo social. A teoría da “subcultura da violencia” avoga por unha explicación alicerzada sobre sistemas de valores, normas e símbolos propios, insertos na socialización, estilos de vida e relacións interpersoais de determinadas subculturas que coexisten cunha cultura dominante coa que entran en conflito. Outra teoría considera a familia como un foco de constantes conflitos e a violencia na parella como parte da violencia na familia que afecta tamén, sobre todo, a menores e anciáns. Outros autores cren que o comportamento violento é resultado do custo cálculo-beneficio que realizan os agresores ante a ausencia de medidas que lles impidan maltratar: pegan porque poden. Os sociólogos atoparon evidencias de maior

incidencia de maltrato en parellas nas que hai diferenza de idade; elas e os seus fillos dependen economicamente deles; cando son parellas non casadas... Aínda que esta visión, como a dos perfís psicolóxicos, é moi discutible.

Un factor moi comentado é o dos malos tratos na infancia. Aínda que existe correlación, nin hai acordo sobre cal é o mecanismo que pode activar a relación nin se puido demostrar que a maioría das persoas maltratadas na súa infancia imiten eses comportamentos de adultas. Si se atopou certa evidencia empírica de que o grupo de amigos do maltratador pode reforzar a súa conduta ao aprobala ou consentila.

As teorías que asocian o maltrato coas clases baixas, as minorías étnicas, a inmigración... foron criticadas, en primeiro lugar, polo reforzo dos estereotipos que delas pode derivarse. Ao controlar variables como o nivel de ingresos e o lugar de asentamento na xeografía urbana, as diferenzas respecto da incidencia de malos tratos entre minorías e o resto da poboación desapareceron. A maior ou menor rixidez das estruturas patriarcais en cada cultura interactúa con outras cuestións, como as económicas –o paro ou a pobreza poden, aínda que non necesariamente, xerar un elevado nivel de conflito intra e extrafamiliar– e a desorganización social: os macrobarrios de casas baratas mal dotados de servizos sociais poden favorecer o illamento da vítima... Hai quen pensa que os homes sen recursos tentan reforzar coa violencia a súa autoridade ante a ausencia doutros modos de obter da súa esposa o comportamento que eles queren, dos que si dispoñen as clases altas: status, diñeiro... ou que tentan compensar con golpes o que interpretan como un desafío á súa identidade: que ela gañe máis cartos ou teña máis estudos... Os déficits nas habilidades para a comunicación e a resolución de conflitos dentro da familia, ou a desigualdade de poder no seu seo, interactúan tamén con outros factores.

A teoría feminista tamén ten os seus detractores, algúns deles relacionados con contramovements xurdidos en resposta á organización das mulleres e á asunción por parte dos discursos oficiais de boa parte dos postulados feministas. As críticas máis frecuentes son: que a tese do patriarcado conduce a unha visión da masculinidade como algo maligno; que cae no esencialismo ao omitir as diferenzas entre os homes; que non explica por que a maioría dos homes non maltratan e que a violencia contra as mulleres non ten que responder sempre e necesariamente aos intentos por parte dos homes de asegurarse o seu control e sumisión. Aínda que boa parte das propias autoras feministas defenden a conveniencia de complementar a perspectiva de xénero con outras variables. E mesmo deste a terceira xeración do feminismo se cuestionan as mesmas categorías maculino/feminino como algo arbitrario e construído socialmente (teoría queer...)...

Sementando un futuro sen violencia machista

Un ano máis, a Coordinadora Nacional Galega da Marcha Mundial das Mulleres saímos a rúa o 25 de Novembro, Día Internacional contra a Violencia de Xénero, para esixir o fin da violencia contra as mulleres e reclamar de toda a sociedade a súa implicación na construción dunha sociedade sen violencia.

E para construír esa sociedade sen violencia machista, aínda que é imprescindible, non abonda coa elaboración de leis, non chega coa atención ás vítimas; non é suficiente coa sensibilización das profesionais que atenden ás mulleres que sofren ou sufriron violencia. É un deber de toda a cidadanía bases que sustentan esa violencia, e estar alerta e pendentes das discriminacións que sufrimos só polo feito de sermos MULLERES.

A violencia de xénero é froito da desigualdade. Esa desigualdade, forma parte da estrutura da nosa sociedade, que asigna a homes e mulleres diferentes papeis e diferente poder segundo o seu sexo.

Dende a nosa infancia, exclúesenos de ámbitos que supostamente non son propios das nenas, e educánnos para asumir determinados roles sen atender a nosa individualidade. Nese mesmo intre, estamos xa a sufrir a desigualdade. Para rematar con isto, temos un papel moi importante como axentes socializadores das crianzas para educar na IGUALDADE, para esixir a COEDUCACIÓN dende os centros de ensino, para non agardar que por ser nenas sexamos pavisas, submisas e resignadas. Porque temos DEREITO a ser cómo queiramos ser, sen ter que adoptar os valores masculinos de: frialdade, agresividade, competitividade, etc.

Ademáis de nalgúns ámbitos familiares e relixiosos, transmítese a desigualdade a través dos medios de comunicación, dos anuncios publicitarios, das series de televisión, da industria da música, do cinema, etc. Facendo pasar por bos e naturais, uns valores, roles e modelos ficticios que non procuran o noso desenvolvemento como persoas únicas e irrepetíbeis; senón a estandarización de cánons occidentais para beneficio de intereses comerciais e capitalistas.

Perpetúase a desigualdade no mercado de traballo coa discriminación salarial, coa segregación e a minusvalorización do traballo das mulleres, coa precarización do emprego feminino. Se materialmente mulleres e homes non accedemos aos mesmos traballos, se ademáis non cobramos o mesmo por traballos de igual valor, estase a perpetuar a nosa

suposta inferioridade, , contribuíndo así, á feminización da pobreza.

Perpetúase a desigualdade cando ás mulleres se lles responsabiliza do traballo de coidado e se infravalora ese traballo cando a conciliación laboral e familiar se fai a costa de que as mulleres fagamos dobre xornada de traballo.

Hoxe, máis que nunca, faise imprescindible a articulación internacional do movemento feminista para transformar o mundo. Nun momento no que o capitalismo neoliberal está a colapsar e os poderes patriarcais pretenden a súa refundación, a Marcha Mundial das Mulleres, como movemento feminista e anticapitalista, non vai permitir a continuidade dun sistema que reproduce a desigualdade e a violencia de xénero. Do mesmo xeito, que sairemos á rúa se as administracións, atendendo aos intereses do capital, recortan os servizos públicos ou as políticas de igualdade.

Igual que nunha horta, se queremos ter froitos temos que sementar antes, se queremos unha sociedade sen violencia teremos que sementar os tomates da autoestima, as acelgas do respecto, os pementos da diversidade, o millo da tolerancia, as patacas da corresponsabilidade, as cenouras da coeducación, as castañas da paridade, os allos dunha sexualidade sen tabúes, as landras da solidariedade, os repolos da xustiza, as ervillas da equidade... Pero sabemos, que non só é necesario sementar. Día a día, hai que ir sacando as malas herbas: o menosprecio, a prepotencia, a misoxinia, a intolerancia...

Temos que traballar conxuntamente, para sementar un futuro sen violencia machista. Conseguirémolo, cando toda a sociedade asuma a riqueza que supón a diversidade de razas, pobos, línguas, ideas, culturas, SEXOS...E cando eses mesmos valores inspiren ás relacións afectivas, sexuais e de convivencia. Conseguirémolo, cando vivamos en liberdade sen medo aos encasillamentos, ás opcións sexuais, ao corpo, ás opinións. Conseguirémolo, cando sintamos que todas as persoas temos os mesmos dereitos polo feito de selo. Conseguirémolo, cando a verdadeira xustiza governe a vida das persoas, dos pobos, do mundo e do planeta.

Manifesto da Marcha Mundial das Mulleres polo Día Internacional contra a violencia de xénero